



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal de Alfenas. UNIFAL-MG**  
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 37130-000  
Fone: (35) 3299-1000. Fax: (35) 3299-1063



ZARA REGO DE SOUZA

**REDES DE COLIGAÇÕES ELEITORAIS MUNICIPAIS NAS 10 MAIORES  
CIDADES DO SUL DE MINAS GERAIS**

ALFENAS – MG

2018

ZARA REGO DE SOUZA

**REDES DE COLIGAÇÕES ELEITORAIS MUNICIPAIS NAS 10 MAIORES  
CIDADES DO SUL DE MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas.  
Orientador: Antonio Carlos Andrade Ribeiro.

ALFENAS – MG

2018

ZARA REGO DE SOUZA

REDES DE COLIGAÇÕES ELEITORAIS MUNICIPAIS NAS 10 MAIORES CIDADES  
DO SUL DE MINAS GERAIS

A Banca examinadora abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em:

Profº. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro (Orientador)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas      Assinatura: \_\_\_\_\_

Profº. Dr. Thiago Rodrigues Silame

Instituição: Universidade Federal de Alfenas      Assinatura: \_\_\_\_\_

Msc. Marcela Gimenes Tanaka

Instituição: Universidade Estadual de Campinas      Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) da UNIFAL-MG, pela concessão da bolsa de Iniciação Científica que resultou nesse Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores e professoras do curso de Ciências Sociais da UNIFAL-MG, por todas as contribuições para a minha formação.

À Msc. Marcela G. Tanaka e ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Thiago R. Silame, por terem aceitado o convite para compor minha banca examinadora.

Ao meu orientador, Prof<sup>o</sup>. Dr. Antonio C. A. Ribeiro, por tudo que desenvolvemos desde a Iniciação Científica. Por todos ensinamentos, paciência, disponibilidade e apoio que teve comigo durante esse processo. Muito obrigada por ter me ajudado a chegar até aqui e por ter me dado a base necessária para eu conseguir ir além.

À Samira, por ser uma das únicas amigas que foi para fora da sala de aula. Pelo companheirismo e por todos os momentos compartilhados ao longo desses anos.

Ao Gregor, por ter sido o meu maior porto seguro nessa etapa. Por todos incentivos, por todo apoio em momentos difíceis e por sempre estar presente nos momentos mais felizes.

À minha família. Aos meus irmãos, Álvaro e David, pelos momentos descontraídos e risadas garantidas. Aos meus pais, Mauri e Soraya, por acreditarem e apoiarem minhas escolhas. Que continuemos caminhando sempre juntos, apesar de todas as dificuldades. Essa conquista é nossa!

## RESUMO

A presença de muitos partidos com capacidade de conquistar poder no nível local impulsiona o desenvolvimento de estratégias de cooperação manifestas em coligações para disputas de votos e coalizões pós-eleitoral. Uma vez que poucas são as pesquisas focadas no estudo das coligações no nível municipal, o presente trabalho visa uma contribuição ao analisar a formação de coligações eleitorais em cidades com menos de 170 mil habitantes. O objetivo é analisar as redes de coligações das eleições municipais para o executivo de 2000 a 2016 nas 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais. Os dados foram coletados do sítio do TSE utilizando a linguagem R. Utilizou-se a análise de redes sociais para mapear a rede de coligações dos processos eleitorais ano a ano. Observou-se uma tendência de não repetir coligação em mais de uma cidade e uma estratégia diferente nas eleições de 2016 em relação às anteriores, sendo confirmado pelo fato dos partidos participarem, em média, de 7 coligações nas 10 maiores cidades. Os dados também sugerem que as coligações marcam o comportamento dos partidos na região e parecem afetar seu desempenho. Todavia, como sugerido pela literatura, tais alianças não se orientam rigidamente pelo viés ideológico, mas responde aos interesses locais dos partidos.

**Palavras-chave:** Eleições, Partidos Políticos, Coligações, Redes Organizacionais.

## ABSTRACT

The presence of many parties with a capacity to gain power at the local level drives the development of manifest cooperation strategies in coalitions for post-election ballot and coalitions. Since few studies are focused on the study of coalitions at the municipal level, this paper aims at a contribution in analyzing the formation of electoral coalitions in cities with less than 170 thousand inhabitants. The objective is to analyze the networks of coalitions of municipal elections for the executive from 2000 to 2016 in the 10 largest cities of the Southern and Southwestern Meso-region of the state of Minas Gerais. Data were collected from the TSE site using the R language. Social network analysis was used to map the coalition network of electoral processes year by year. There was a tendency not to repeat a coalition in more than one city and a different strategy in the 2016 elections compared to the previous ones, and it is confirmed by the fact that the parties participate, on average, in 7 coalitions in the 10 largest cities. The data also suggest that coalitions mark the behavior of parties in the region and appear to affect their performance. However, as suggested by the literature, such alliances are not rigidly guided by ideological bias, but respond to local party interests.

**Keywords:** Elections, Political Parties, Coalitions, Organizational Networks.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**DEM** - Democratas  
**PAN** - Partido dos Aposentados da Nação  
**PC do B** - Partido Comunista do Brasil  
**PDT** - Partido Democrático Trabalhista  
**PFL** - Partido da Frente Liberal  
**PL** - Partido Liberal  
**PMDB** - Movimento Democrático Brasileiro  
**PMN** - Partido da Mobilização Nacional  
**PP** - Partido Progressista  
**PPS** - Partido Popular Socialista  
**PR** - Partido da República  
**PRB** - Partido Republicano Brasileiro  
**PROS** - Partido Republicano da Ordem Social  
**PRP** - Partido Republicano Progressista  
**PRTB** - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
**PSB** - Partido Socialista Brasileiro  
**PSC** - Partido Social Cristão  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira  
**PSDC** – Partido Social Democrata Cristão  
**PSL** - Partido Social Liberal  
**PSOL** - Partido Socialismo e Liberdade  
**PSTU** - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
**PT** - Partido dos Trabalhadores  
**PT do B** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**PTC** - Partido Trabalhista Cristão  
**PTN** - Partido Trabalhista Nacional  
**PV** - Partido Verde  
**REDE** - Rede Sustentabilidade

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS E O CASO BRASILEIRO</b> .....	12
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	16
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	19
4.1 A REDE DE COLIGAÇÕES NAS 10 MAIORES CIDADES DA MESORREGIÃO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS .....	21
4.1.1 Os eventos da rede de coligações .....	21
4.1.2 Os atores da rede de coligações .....	23
4.1.3 A consistência ideológica das coligações .....	24
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	27
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	30



## 1 INTRODUÇÃO

A formação de coligação eleitorais nas disputas de cargos eletivos é uma prática usual na democracia brasileira. Recentemente, o debate em torno da questão tem ganhado espaço na arena pública tornando-se pauta fundamental nas propostas de reforma política no Brasil. Alguns argumentos têm apontado as coligações como um mal que corrompe o sistema partidário brasileiro. As coligações facilitam aos partidos pequenos, elegem seus candidatos para todos os níveis de poder, o que aumenta o custo do processo de tomada de decisões, já que os governos passam a ter que negociar o apoio político em um sistema político extremamente fragmentado. Do ponto de vista dos cidadãos, coligações eleitorais dificultam a accountability vertical, dado que o sistema de transferência de votos entre os partidos coligados diminui significativamente as possibilidades de o eleitor premiar ou punir um candidato ou um partido político. O impacto das coligações sobre a accountability vertical, ganha maior relevância em contextos de cidades pequenas, já que as diferenças entre as organizações partidárias são menos claras e a formação de amplas coligações são mais comuns.

Uma vez que poucos são os estudos focados no estudo das coligações no nível municipal, o presente artigo visa oferecer uma contribuição ao analisar a formação de coligações eleitorais em cidades com menos de 170 mil habitantes. Analisamos redes de coligações das eleições municipais de 2000, 2004, 2012 e 2016 nas 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais<sup>1</sup>, no Brasil. Pouco se tem investigado sobre a atuação dos partidos políticos nas pequenas cidades do interior (LOPEZ, 2004; CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; CARREIRÃO, 2014). Geralmente, a literatura destaca a fragilidade das organizações partidárias nas cidades que “rendem pouco voto” como consequência da imersão em contextos marcados fortemente por relações de dependência e fortemente hierarquizadas. Além do fato de serem deixadas à deriva pelas cúpulas nacionais e estaduais nas cidades que apresentam menor ou nenhum potencial estratégico (RIBEIRO, 2013). Diante desta situação, investigamos o padrão interação entre partidos políticos em 10 cidades pequenas<sup>2</sup> de uma mesorregião de Minas Gerais. Buscamos verificar tendências na formação de coligações eleitorais e o impacto da ideologia sobre as mesmas. De forma complementar examinamos a relação entre a

---

<sup>1</sup> Também denominada aqui como “Sul de Minas”.

<sup>2</sup> Apesar de serem consideradas como as 10 maiores cidades da mesorregião, essas cidades, ao serem comparadas com outras, ainda sim são pequenas cidades do interior, principalmente pelos seus números de habitantes, que não passam de 170 mil (SILVA, 1946).

estratégia de formar coligações eleitorais e o desempenho individual dos partidos nas eleições municipais da região analisada.

As questões principais que orientaram a análise foram: como os partidos se inseriram nas coligações para os executivos nas 10 maiores cidades desta região? Como se configura as estruturas das redes de coligações eleitorais nos anos analisados? Qual é a posição ocupada pelos grandes partidos nacionais nestas redes? Qual a relação entre a similaridade de coligação e a afinidade ideológica dos partidos? Qual o tamanho médio das coligações? Em que medida a realização de coligações afeta o desempenho dos partidos? A posição dos partidos nas redes de coligações influencia seu sucesso eleitoral?

O trabalho segue estruturado em quatro partes: (1) uma revisão bibliográfica sobre as coligações e o sistema partidário brasileiro com o objetivo de apresentar alguns conceitos e questões pertinentes à análise; (2) apresentação da metodologia utilizada; (3) os resultados da pesquisa; e (4) as considerações finais.

## **2 AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS E O CASO BRASILEIRO**

O caráter multipartidário do sistema partidário brasileiro reflete na presença de muitos partidos com capacidade de conquistar espaço significativo nos diferentes níveis de governo, impulsionada pelo desenvolvimento de estratégias de cooperação manifestas em coligações para disputas de votos e coalizões pós-eleitoral. Segundo Lijphart (2003), os sistemas multipartidários forçam o consenso entre os competidores forçando o diálogo e a negociação, embora aumentem os custos de tomada de decisão em relação aos sistemas bipartidários. A adoção de um ou outro sistema partidário deve responder às características da estrutura sociocultural de cada sociedade para ser duradouro e eficiente na solução dos conflitos políticos. Todavia, são as regras que compõe os sistemas eleitorais que definirá o tipo de sistema partidário a emergir. Lijphart (2003), mostra como nas democracias majoritárias as regras eleitorais são capazes de fabricar maiorias e sustentar um sistema bipartidário, enquanto que as democracias consensuais se estruturam a partir de regras eleitorais que distribuem o poder e fazem emergir sistemas multipartidários onde a cooperação entre partidos é valorizada.

A democracia brasileira configura-se, nesta dimensão, como um exemplo do modelo consensual discutido por Lijphart (2003). Relações cooperativas entre partidos no seu sistema político visando a eleição de representantes é algo comum e permitido por lei. Essa prática é conhecida como coligações (ou alianças eleitorais), sendo parte do jogo

eleitoral e amplamente discutida na literatura (KINZO, 2005; GUARNIERI, 2011; MACHADO, 2012; LUCAS; SAMUELS, 2011; MELO, 2015; LINHARES; MENDONÇA, 2016).

Machado (2012) ressalta os incentivos institucionais para que seja realizada coligações eleitorais e destaca o fato das coligações evitarem que o sistema eleitoral favoreça somente os maiores partidos. Este fato pode ser associado a um ganho em representatividade para a democracia brasileira, haja vista que interesses minoritários passaram a ter condições de se expressarem formalmente. Para a autora, a forma da distribuição de cadeiras legislativas no sistema eleitoral brasileiro é um incentivo institucional à prática das coligações, pois a fórmula de repartição de cadeiras dificulta os pequenos partidos a alcançarem sozinhos o quociente eleitoral. As atuais regras do sistema eleitoral brasileiro<sup>3</sup>, ao distribuir as cadeiras em disputas considerando os votos conquistados pelos partidos, considera os partidos coligados como uma única legenda. “As cadeiras conquistadas pela aliança eleitoral são preenchidas pelos candidatos com mais voto dentro da aliança – independentemente de seus partidos” (MACHADO, 2012, p. 34).

Em que pese o argumento em prol do ganho de representatividade, as regras eleitorais brasileiras obscurecem a relação eleitor-partido, dificultando o processo de *accountability*. O voto dado a um candidato de um partido não é suficiente para eleger o candidato e, nos casos em que o partido se envolvem em uma coligação, os votos recebidos por um partido podem ajudar a eleger candidatos de outro partido membro da aliança eleitoral. O problema torna-se mais relevante quando se analisa a dimensão ideológica das coligações eleitorais no Brasil. Os estudos sobre os partidos políticos apontam um comportamento cada vez mais inconsistente ideologicamente ao estabelecer as alianças eleitorais. Por coligações inconsistentes ideologicamente, Carreirão (2006) as classifica como as alianças formadas entre partidos formalmente situados à esquerda e à direita do espectro ideológico. Além disso, haveria no Brasil uma forte tendência de se encontrar poucos partidos intensos em termos de restrição ideológicas quando se passa da esquerda para a direita. Isso reforça a ideia de que as coligações são atrativas para todos os partidos políticos, e está além da questão ideológica (CARREIRÃO, 2014; MACHADO,

---

<sup>3</sup> Com a promulgação da Lei nº 13.488 de 6 de outubro de 2017 e da Emenda Constitucional nº 97 de 04 de outubro de 2017, mudanças substanciais foram feitas nas regras do sistema eleitoral brasileiro. Uma delas é que, agora, para receber votos da legenda, o partido tem que ter pelo menos 10% do quociente eleitoral. Outra é que, a partir das eleições municipais de 2020, "os partidos não poderão mais se coligar na disputa das vagas para deputados (federais, estaduais e distritais) e vereadores" (SENADO FEDERAL, 2017).

2012). Ao realizar um estudo empírico das eleições de 1994 a 2010 para os cargos de deputados (federal e estadual), governadores e senadores, Carreirão (2014, p. 280) aponta que “[...] de 2002 para cá, a ideologia partidária não parece central para estruturar a competição, pelo menos para os cargos de governador, senador e deputado federal”. O mesmo comportamento é observado pelo autor em coalizões de governo em âmbito federal. Embora constata-se uma mudança nos padrões de relacionamento entre os partidos no governo depois do período de 1986 a 2002, os estudos apontam a mesma inconsistência ideológica presente na arena eleitoral. Isso não significa que a questão ideológica foi descartada, mas que perdeu a importância no decorrer do tempo como fator da estruturação do sistema partidário, uma vez que os partidos preferem buscar resultados eleitorais satisfatórios em vez de buscar apoiadores que compartilham a mesma ideologia (SILVA, 2015).

Peixoto (2010) afirma que uma variável importante para se estudar as coligações é o tamanho do município. Analisando dados sobre as eleições municipais (majoritárias e proporcionais) durante os processos eleitorais ocorridos nos anos de 2000 a 2008 no Brasil, o autor demonstrou que quanto menor um município, em termos de tamanho da população, maiores são as chances de se estabelecerem coligações ideologicamente inconsistentes. Os achados sugerem uma dinâmica própria da política em cidades pequenas, o que reflete em parte os argumentos de Ribeiro (2013) sobre a falta de interesse das cúpulas nacionais dos grandes partidos nestas cidades. Assim, coligações passam a responder às necessidades estratégicas dos partidos no nível nacional, mas também são marcadas pelas dinâmicas políticas locais.

A literatura tem mostrado que coligações são um artifício importante para a formulação de estratégias eleitorais no sistema partidário brasileiro. Pensando as coligações no nível municipal, Miguel e Machado (2007) apontam uma correlação positiva entre o estabelecimento de coligações e o desempenho dos partidos que as utilizam. Os autores observaram as coligações para prefeito no Brasil entre as eleições de 2000 a 2008 e demonstraram que o PT teve um melhor desempenho eleitoral quando se tornou mais flexível ao realizar coligações com um maior número de partidos.

Dantas (2007) pretendeu explicar o comportamento das legendas para disputas de prefeituras de aproximadamente 5.500 municípios brasileiros. Sua conclusão aponta que o padrão do comportamento das coligações realizadas pelos partidos é obscurecido por

características individuais dos municípios. O autor observou ainda uma conexão entre o nível estadual com o nível municipal, sendo o segundo um reflexo do primeiro.

Ao examinar as eleições municipais do Rio de Janeiro ocorridas nos anos de 1992 e 2000, Jorge (2004) constatou o aumento do número de partidos inseridos em uma coligação e a diminuição do fator ideológico como estruturante para a mesma, indo de encontro com o fato apontado por Carreirão (2006). Melo e Soares (2016) ao observarem os dados referentes aos pleitos municipais proporcionais no Brasil nos anos de 2004 e 2008, argumentam que há uma grande variação no tamanho da composição das coligações, o que leva a imaginar que os partidos optam pelo maior número possível de aliados, mas que a maioria das candidaturas são lançadas por um número reduzido de partidos, sendo compostas, em geral, por dois ou três aliados.

França (2013) também verificou o impacto que o tamanho da coligação dos candidatos a prefeito nas capitais brasileiras nas eleições de 2000 a 2008 teve no seu desempenho eleitoral. A hipótese da autora de que “o resultado eleitoral dos candidatos a prefeito nas capitais estaria associado a um perfil de coligação formada por um número de partidos foi atingido com resultados positivos” (FRANÇA, 2013, p. 94), sendo confirmada por testes estatísticos. Porém, a autora ressalta que sua pesquisa possui certos limites, uma vez que se analisou “apenas os dois candidatos mais votados nas capitais nas três eleições analisadas”, e que o peso de uma de suas variáveis (situação do candidato), “dificulta limitar os resultados eleitorais unicamente ao tamanho da coligação formada” (FRANÇA, 2013, p. 94).

Machado e Miguel (2010), em seu estudo sobre as coligações para o executivo municipal no Brasil, também observam uma tendência de aumento no tamanho das coligações ente 2000 e 2008, mas ressaltam que há uma diminuição na variação dos dados, o que indica um comportamento mais homogêneo dos partidos. Além desse ponto, os autores destacam que os partidos têm apresentado certas tendências na disputa eleitoral, como: manterem o comportamento parecido no que se refere a forma de participação – se coligado ou não –; a combinação do partido na composição de suas coligações e o tamanho das coligações. Os autores também questionam o fato de que os partidos buscam representar, pois, segundo eles, suas análises evidenciam possíveis critérios paroquiais adotados para organizar a vida política local. Uma vez que a literatura tem se preocupado em questionar a representatividade dos partidos no sistema, para os autores seria

necessário ir além disso, usando metodologias qualitativas, para se entender como se organiza o cenário político municipal no Brasil.

Este trabalho busca contribuir para a pesquisa sobre formação de coligações eleitorais analisando a dinâmica política municipal. Adotamos a técnica de Análise de Redes Sociais enquanto uma nova metodologia ainda pouco explorada pela literatura sobre o tema. Assim, tomando como referência os estudos citados anteriormente, esperamos não só verificar quais dos aspectos destacados pela literatura ser manifesta nas 10 maiores cidades da Mesorregião de Minas Gerais que escolhemos analisar, bem como oferecer novas contribuições. Na próxima seção descreveremos as escolhas metodológicas que fizemos para elaborar este texto.

### **3 METODOLOGIA**

As análises sobre as coligações no Brasil utilizam-se de uma metodologia quantitativa e buscam observar regras e tendências comportamentais na disputa eleitoral. Como já exposto em outro momento, poucos estudos têm dedicado à análise das alianças eleitorais no âmbito municipal, concentrando a maior parte dos estudos nos níveis federal e estadual. Com o intuito de contribuir para o debate, o presente trabalho se insere entre os recentes trabalhos que analisam as coligações nas eleições municipais. Analisamos comparativamente as alianças eleitorais nas disputas pelo controle do poder executivo das 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Buscamos inovar ao aplicar técnicas de Análise de Redes Sociais para descrever a estrutura de competição que envolveu os partidos políticos que disputaram as eleições de 2000, 2004, 2012 e 2016. Os dados foram extraídos do sítio do TSE utilizando a linguagem R, onde não constam informações para o ano de 2008. Organizamos os dados considerando os partidos políticos como unidade de análise. Embora alguns estudos recentes que buscam estudar as coligações a partir da Análise de Redes Sociais tratam a rede dos partidos com redes de um modo (ROMERO, 2016) defendemos que as informações sobre coligações formam uma rede de dois modos e devem ser analisadas com base na abordagem para redes de afiliação<sup>4</sup>. As redes de dois modos, ou redes de afiliação, permitem mapear e analisar as relações entre dois grupos de atores, tecnicamente chamados *modos*. Os modos são dois tipos: eventos e atores. No caso das redes de coligações, as alianças eleitorais constituem o

---

<sup>4</sup> Veja Silva e Ribeiro (2016) que utilizam esta técnica para avaliar a estrutura de conexão entre conselhos municipais de políticas públicas.

modo de eventos, enquanto que as organizações partidárias compõem o modo de atores. As técnicas permitem separar os dois modos e analisá-los separadamente. Isto é, podemos estudar apenas a rede de eventos (a rede de coligações) ou apenas a rede de atores (os partidos) derivada da rede de dois modos. Nestas redes, têm-se que os laços entre atores surgem da co-participação em eventos e que os eventos se relacionam por compartilharem participantes. Nas redes de atores, eventos são representados como laços que expressam em seu valor o número de vezes que dois atores estiveram juntos em diferentes eventos. Da mesma forma, nas redes de eventos, atores correspondem aos laços que unem dois eventos, sendo o valor dos laços o número participantes compartilhados. Assim, a análise de rede de afiliação vai além da ideia de atores conectados diretamente, este tipo de análise torna possível perceber o grau de similaridade entre atores ou sobreposição entre eventos, revelando tendências que o tratamento dos dados sobre coligações pela abordagem de redes de um modo deixam escapar.

Nesse trabalho, os eventos (coligações) receberam o nome dos partidos que lançaram o candidato à prefeito, por exemplo: "Coligação PMDB" refere-se à aliança política na qual outros partidos apoiaram um candidato a prefeito do PMDB. Os eventos que se repetiram em mais de uma cidade foram contados mais de uma vez, sendo que foi necessário desenvolvermos uma abordagem um pouco diferente das análises convencionais de redes de dois modos para representar o número de cidade em que um ator (partido) participou de um mesmo evento (coligação). Esta observação foi representada nos grafos de dois modos pela valoração dos laços<sup>5</sup>. Interpretamos a valoração dos laços em redes de afiliação como um indicador da tendência de dois partidos andarem juntos recorrentemente a cada eleição. Assim, se uma organização partidária apareceu em uma mesma coligação em quatro cidades, postulamos que estes partidos são mais similares em suas estratégias eleitorais que partidos que repetem as coligações em menos cidades, e mais diversos daqueles que se coligam em mais cidades.

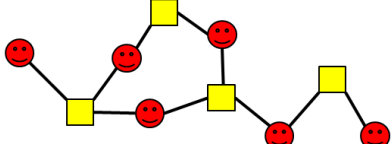
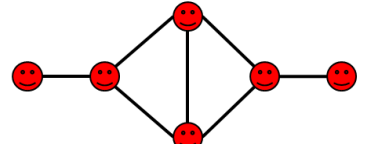
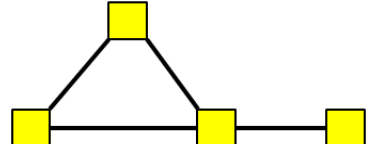
Neste trabalho analisamos apenas as relações entre partidos e coligações que se repetiram em pelo menos 2 cidades no ano eleitoral de referência (20% das alianças possíveis a cada eleição). Assumimos que as coligações que se repetem nas maiores cidades da mesorregião analisada refletem uma maior proximidade entre os partidos, conseqüentemente, revelamos uma estrutura mais representativa dos aspectos relacionados à estratégia de coligação para a conquista do voto. Devido a esta opção, acreditamos ter

---

<sup>5</sup> Normalmente, laços em redes de dois modos são binários.

relativizado o peso da dinâmica local dentro dos municípios considerados isoladamente sob a formação de coligações. A figura 1 mostra as três etapas da análise de redes de dois modos e o significado dos laços em cada uma delas. Neste trabalho, apresentamos os resultados apenas para a primeira fase.

Figura 1 – Nós e Laços nas etapas das análises de redes de afiliação

Rede de dois modos: eventos e atores.	Rede Modo Atores derivada de uma rede de dois modos	Rede Modo Eventos derivada de uma rede de dois modos
		
<p>Linhas indicam participação no evento. Quando valorada indica o número de vezes que um ator participou de um mesmo evento, ou o número de vezes que um evento recebeu a participação de um ator.</p>	<p>Linhas indicam eventos comuns dos quais os atores participaram. Quando valoradas indicam o número de eventos nos quais dois atores estiveram juntos.</p>	<p>Linhas indicam atores compartilhados entre os eventos. Quando valoradas indicam o número de atores que dois eventos compartilham.</p>

Fonte: Elaboração Própria.

O uso da ARS para a descrição de relações implica em estabelecer a localização e o posicionamento dos atores na rede (HIGGINS; RIBEIRO, 2018; HOROCHOVSKI; JUNCKES; SILVA; SILVA; CAMARGO, 2015). Para o desenvolvimento desse trabalho, construímos um painel que nos permitiu comparar as coligações ano a ano e analisar as posições das organizações partidárias na estrutura de competição a cada ano eleitoral nas 10 cidades maiores cidades da Mesorregião estudada. Assim, testamos duas hipóteses. A primeira associada à literatura, está relacionada à atividade dos partidos nas redes. Esta que diz que os partidos que ocupam posições centrais na estrutura, aqueles que mais se coligam, obtêm melhor desempenho no jogo eleitoral. A segunda, aparece com uma contribuição nova reportada a recorrência das coligações entre duas ou mais organizações partidárias. Neste sentido, esperamos encontrar que alianças eleitorais estáveis, ou seja: que se repetem com frequência, apresentam um viés ideológico.

Por fim, cabe destacar que a análise dos dados sobre os processos eleitorais nas cidades do Sul de Minas se justifica por ser uma análise da estratégia de coligação em cidades pequenas sem 2º turno. A mesorregião analisada possui 146 cidades que variam de tamanho entre 1.727 a 152.435 habitantes. A análise aqui efetuada foi feita apenas nas 10



maiores cidades, uma vez o tamanho das cidades afeta o comportamento dos partidos ao se coligarem (PEIXOTO, 2010). Neste trabalho, analisamos as coligações nas seguintes cidades com as correspondentes populações e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) conforme a Tabela abaixo.

Tabela 1 - 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, População e IDHM

<b>Cidade</b>	<b>População em 2010</b>	<b>IDHM em 2010</b>
Poços de Caldas	152.435	0.779
Pouso Alegre	130.615	0.774
Varginha	123.081	0.778
Passos	106.290	0.756
Itajubá	90.658	0.787
Alfenas	73.774	0.761
Três Corações	72.765	0.744
São Sebastião do Paraíso	64.980	0.722
Três Pontas	53.860	0.731
Guaxupé	49.430	0.751

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção, serão apresentados os resultados das análises. Pretendemos encontrar indícios sobre a relação entre coligação e desempenho eleitoral, comparando a presença dos partidos em coligações formadas em quatro pleitos eleitorais (2000, 2004, 2012 e 2016). Os dados mostram que o número de coligações sofreu um considerável aumento no final do período avaliado, sendo que em 2016 registrou-se 21 alianças eleitorais na região, conforme aponta a Tabela 2. Nestas eleições, mais organizações partidárias nas 10 maiores cidades da região, aplicaram a estratégia de aliança eleitoral. Em parte, essa mudança pode estar relacionada ao aumento das legendas. Por outro lado, pode estar correspondendo à mudança nas regras do jogo que proibiu o financiamento empresarial de campanhas<sup>6</sup>, o

<sup>6</sup> Com a Minirreforma Eleitoral realizada em 2015, culminada na Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015, uma das mudanças foi o fim das doações empresariais para campanhas eleitorais. As empresas privadas brasileiras podiam doar 2% do seu faturamento bruto, até a eleição de 2014. Para as eleições de 2016, as doações empresariais foram totalmente proibidas.

que tornou a disputa mais barata e motivou mais atores a disputarem as eleições. Entretanto, no ano de 2016 observou-se uma menor tendência de se repetir relações de coligação em mais de uma cidade (0,27)<sup>7</sup>, predominando o número de alianças eleitorais em apenas um município (147 laços de coligação). Este dado sugere uma estratégia diversificada nas eleições de 2016 em comparação com as anteriores, o que é confirmado pelo fato dos partidos participarem, em média, de 7 coligações nas 10 maiores cidades. Assim, observa-se que tais coligações provavelmente não correspondem mais a afinidade de interesse, pois os partidos participaram de muitas coligações, mas que não tenderam a se repetir nas cidades nas eleições anteriores.

Tabela 2 – Indicadores das redes de coligações entre 2000 e 2016 nas 10 maiores cidades do Sul de Minas Gerais

Eleições	Nº partidos cabeça de chapa em coligações	Nº de coligações total em eleição	Nº partidos envolvidos na eleição	Indicador de protagonismo partidário	Média de Coligações por partido	Coligações NÃO repetidas pelos partidos	Coligações repetidas pelos partidos	Tendência para repetir coligações em mais de uma cidade
2000	11	25	23	0,44	4,35	47	27	0,57
2004	16	29	25	0,55	5,85	87	33	0,38
2008	S.I.*	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.
2012	17	28	27	0,61	6,18	91	45	0,49
2016	21	31	32	0,68	7,02	147	39	0,27

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

\* Sem Informação.

Conforme demonstrado na Tabela 2, o número de partidos cabeça de chapa<sup>8</sup> aumentou de 11, em 2000, para 21, em 2004. Isso porque o número total de partidos envolvidos na eleição (incluí-se aqui aqueles partidos que participaram de uma coligação mas não lançaram candidatos) também aumentou, de 23, em 2000 para 32, em 2016. Esse dado parece indicar que os novos partidos que se inseriram na disputa optaram por serem protagonistas nas eleições lançando candidatos em vez de apenas apoiar um partido em uma coligação, o que pode ser reforçado pelo indicador<sup>9</sup> de protagonismo partidário criado, que aponta o aumento de 0,44 em 2000 para 0,68 em 2016. Sugerindo que as coligações passaram a ser mais semelhantes nas diferentes cidades.

<sup>7</sup> Para calcular este indicador dividimos o total de coligações repetidas no pleito eleitoral de cada ano pelo total de coligações não repetidas.

<sup>8</sup> Cabeça de chapa é o partido que comandou a coligação lançando candidato, ou seja, o partido protagonista.

<sup>9</sup> Para calcular este indicador dividimos o número total de partidos envolvidos em uma eleição e o número de partidos que foram cabeça de chapa em uma coligação.

Nos anos anteriores observamos a maior tendência para repetir coligações nas eleições de 2000. Este achado não pode ser explicado pelo menor número de partidos envolvidos na disputa eleitoral, haja vista o ano de 2012 encontra-se com o segundo ano no qual os partidos tenderam a repetir coligações. Enquanto em 2000 houveram 25 legendas na disputa, em 2012 foram 28. O que sugere que o número de partido na disputa eleitoral não parece ter relação na escolha de estratégias mais ou menos diversificadas, pois, embora foi constatado um aumento no número de partidos, as coligações estabelecidas parecem ser mais similares, pois se repetiram mais em diversas cidades. Assim, pode-se imaginar que o aumento do número de partidos não afeta a possibilidade de ter menos diversidade na escolha dos parceiros.

#### 4. 1 A REDE DE COLIGAÇÕES NAS 10 MAIORES CIDADES DA MESORREGIÃO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

##### 4.1.1 Os eventos da rede de coligações

As figuras de 1 a 4, mostram o protagonismo dos partidos nas eleições, ou seja, mostra as coligações comandadas pelo partido cabeça de chapa entre os pleitos de 2000 e 2016, exceto 2008. Quando uma coligação ocorreu em mais de uma cidade, a força de um laço do cabeça de chapa com a coligação é maior que 2.

O primeiro número em frente ao nome da coligação indica o número de partidos que participaram em ao menos uma cidade da coligação. O segundo número indica o número de partidos que participaram em duas ou mais cidades da aliança eleitoral.

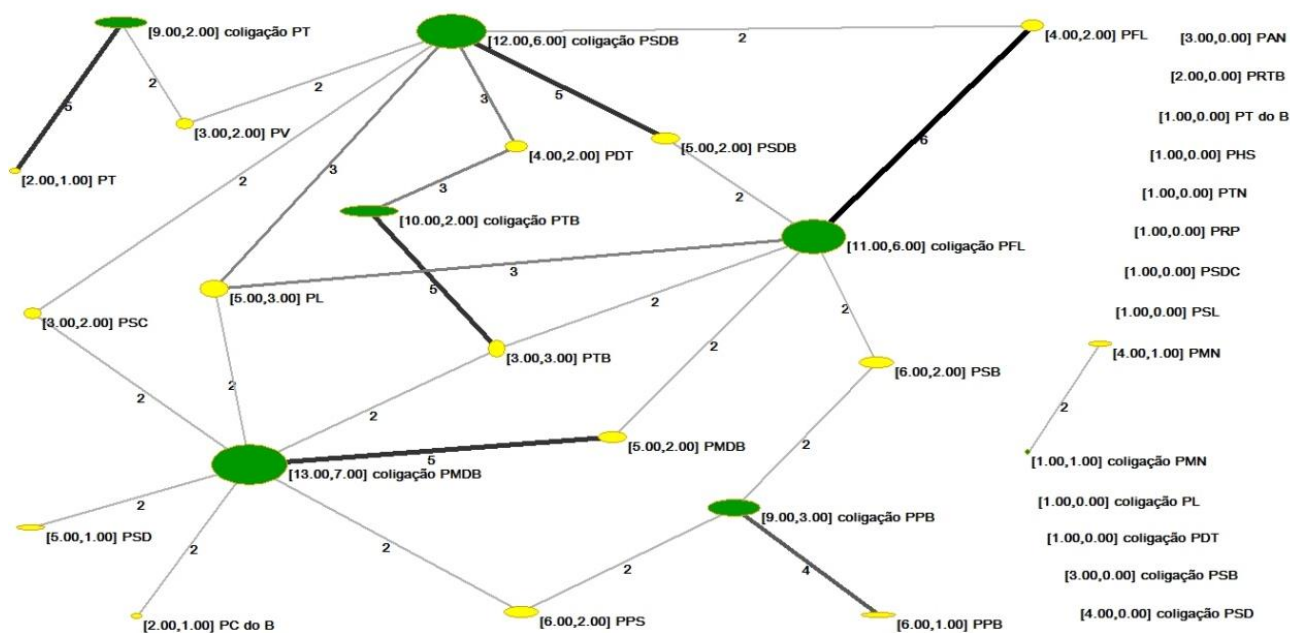
No caso dos partidos, o primeiro número indica em quantas coligações o partido participou, enquanto o segundo indica em quantas alianças eleitorais o partido participou em duas ou mais cidades. Além disso é possível ver (à direita das figuras) os partidos que não repetiram o apoio a uma mesma coligação ou não estabeleceram uma aliança eleitoral.

Em 2000, as coligações mobilizaram a cooperação entre o mínimo de nove e o máximo de 13 partidos. Nas eleições seguintes estes números passaram para oito e 19 (em 2004), oito e 21 (em 2012) e seis e 24 (em 2016). As menores coligações foram encabeçadas pelos seguintes partidos PT e PPB (em 2000); PDT (em 2004); PSL (em 2012) e PSDB (em 2016). Respectivamente, estes partidos conquistaram 2, 1, 1, 1 e 3 prefeituras na mesorregião analisada. Já as maiores coligações foram lideradas pelas seguintes organizações: PMDB em 2000, PFL/DEM em 2004, PSDB em 2012 e PMDB

em 2016. Os partidos que puxaram as coligações mais amplas venceram as disputas eleitorais em 2, 3, 3 e 2 cidades. Esses dados parecem indicar que os partidos protagonistas são capazes de estabelecerem coligações mais diferentes.

O partido que adotou uma estratégia mais autônoma<sup>10</sup> foi o PT. Em 2000, o PT liderou cinco coligações e participou de mais uma. Em 2004 e 2012, o PT liderou coligações em oito cidades e participou em coligações de outros partidos em dois municípios. Em 2016, os partidos se envolveram em mais coligações lideradas por outros partidos. No caso do PT, por exemplo, esteve em quatro coligações lideradas por outros partidos. Esse fato pode ser reforçado também pela constatação no aumento do número de partidos participando em uma coligação.

Figura 1 – Rede de coligações eleitorais para o executivo municipal das 10 maiores cidades do Sul de Minas Gerais (2000)



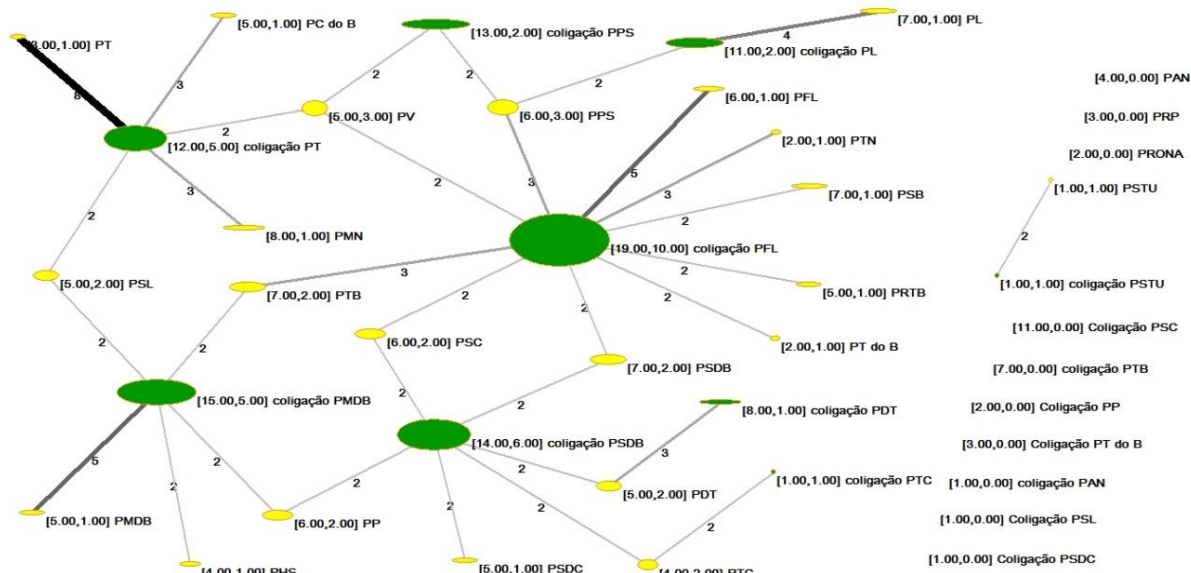
Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Nas eleições de 2000 (Figura 1), 11 partidos optaram por lançar candidatos sem realizar coligações. Desses, apenas o PMN conquistou uma cadeira, sendo a prefeitura da cidade de Alfenas. Já os partidos que conquistaram as cadeiras executivas foram PT, PMDB, PSDB, PP, PMN, PFL, sendo que desses, o PT, PMDB, PSDB e PP conquistaram

<sup>10</sup> Uma estratégia autônoma corresponde a encabeçar coligações em muitas cidades e participar pouco de coligações lideradas por outros partidos em outras cidades.

duas prefeituras, cada um. Todos esses partidos que conquistaram prefeituras estiveram envolvidos em coligações.

Figura 2 – Rede de coligações eleitorais para o executivo municipal das 10 maiores cidades do Sul de Minas Gerais (2004)

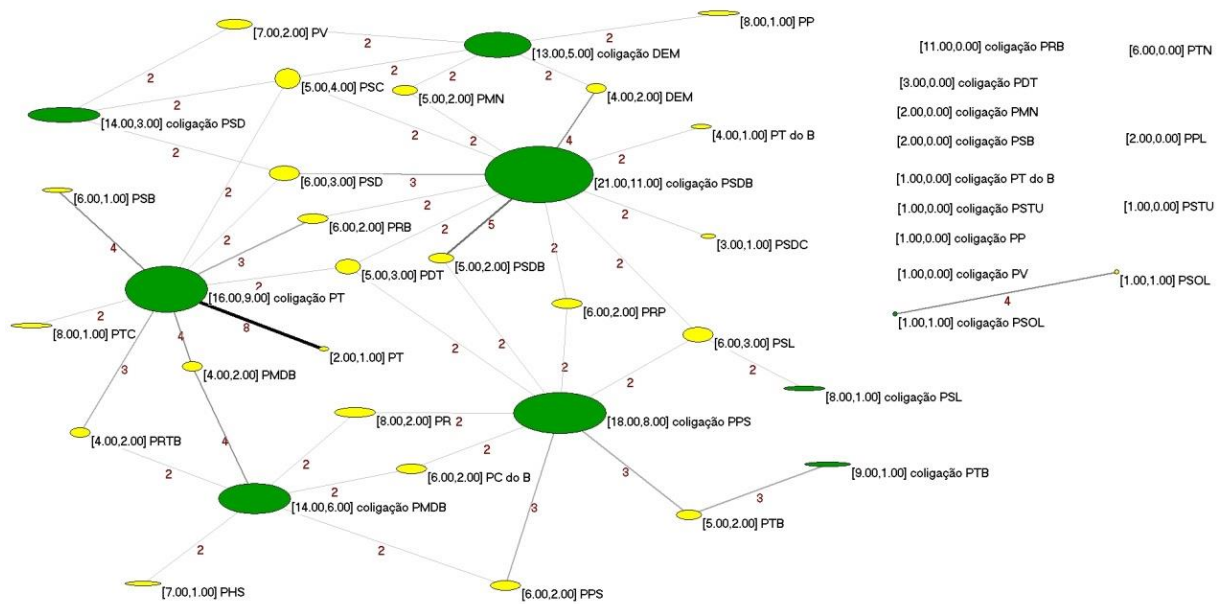


Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Na eleição ocorrida no ano de 2004 (Figura 2), 16 partidos disputaram as cadeiras executivas. Nesse ano, seis partidos ganharam a disputa e todos esses partidos ganhadores estavam envolvidos em coligações. Nenhum dos partidos que optaram por não coligar, não conquistaram nenhuma cadeira.

Em 2012 (Figura 3), 17 partidos foram protagonistas na disputa das cadeiras executivas nas 10 maiores cidades do Sul de Minas, e, assim como ocorreu nas eleições de 2004, todos os partidos que conquistaram cadeiras (7) estavam envolvidos em coligações, e os partidos que não coligaram não conquistaram nenhuma cadeira.

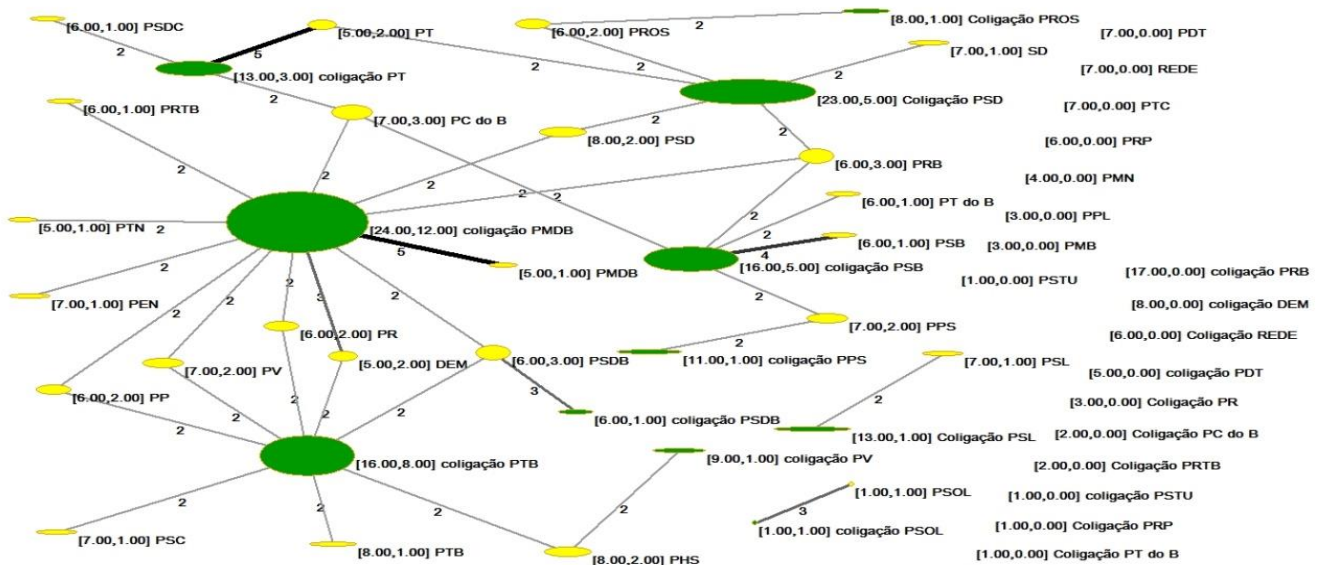
Figura 3 – Rede de coligações eleitorais para o executivo municipal das 10 maiores cidades do Sul de Minas Gerais (2012)



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Por fim, na última eleição municipal, realizada no ano de 2016 (Figura 4), todos os partidos que conquistaram cadeiras executivas (5) estavam envolvidos em coligações, sendo que, assim como ocorreu nas últimas eleições, todos os partidos que não coligaram não conquistaram nenhuma cadeira executiva.

Figura 4 – Rede de coligações eleitorais para o executivo municipal das 10 maiores cidades do Sul de Minas Gerais (2016)



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

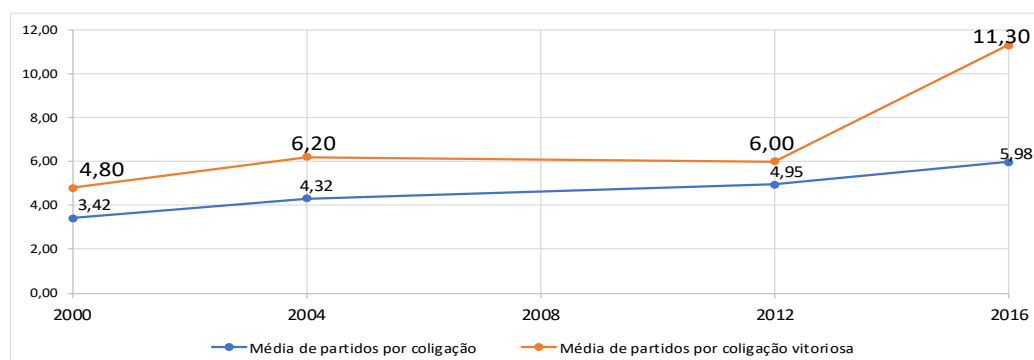
Vale destacar que na eleição de 2016, o PSOL optou por não realizar coligações eleitorais nas três cidades em que lançou candidato, e, também, não participou de nenhuma coligação apoiando outro candidato. Por usarmos a rede de afiliação em que relaciona os eventos e os atores, o caso desse partido aparece na Figura como a relação “coligação PSOL” ligada a um único partido “PSOL”, com o valor três. Isso pois, esse evento só contou com um partido, que no caso é o mesmo partido cabeça de chapa, e a situação se repetiu em três cidades diferentes.

#### 4.1.2 Os atores da rede de coligações

Em busca de traçar alguns resultados sobre o desempenho dos partidos (atores) na rede de coligações, consideramos duas variáveis que tem se destacado nas nossas análises: o tamanho da coligação e o número de vezes que o partido coligou.

No Gráfico 1 é possível comparar a média dos partidos que participaram das coligações e a média dos partidos que participaram das coligações vitoriosas nas 10 maiores cidades do Sul de Minas, nos anos de 2000, 2004, 2012 e 2016. Observa-se que, ao longo dos anos, os partidos buscaram estabelecer coligações maiores e que, além disso, as coligações maiores são as que foram vitoriosas, podendo ser observado pelo fato de que, em 2000, as coligações contavam com, em média, 3,42 partidos e as coligações vitoriosas com 4,80 partidos, e, em 2016, esse número aumentou para 5,98 partidos e 11,30 partidos para as coligações vitoriosas. Esses dados parecem indicar que os atores envolvidos no jogo partidário perceberam que a prática de coligação traz um efeito positivo no seu desempenho e buscaram maximizar os apoios de parceiros, que também seguem no jogo com a perspectiva de ganhos futuros.

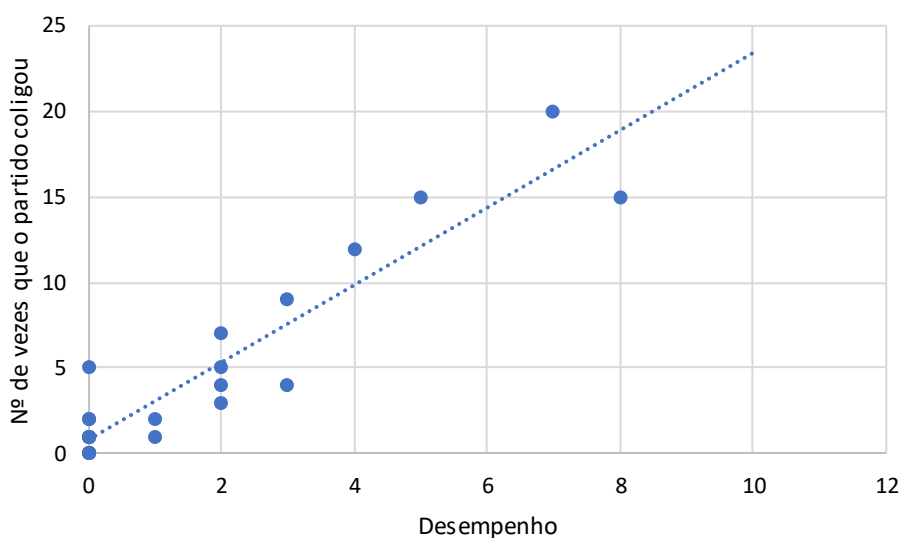
Gráfico 1 – Média de partidos por coligação vs. Média de partido por coligação vitoriosa nas 10 maiores cidades do Sul de Minas



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Já no gráfico 2, é possível constatar a relação entre o número de vezes que o partido coligou e o número de vezes que o partido conquistou cadeiras executivas nas 10 maiores cidades nas eleições de 2000, 2004, 2012 e 2016. Percebe-se uma correlação positiva, pois é possível notar que, quanto mais o partido coliga, maior a conquista de cadeiras executivas, constatado ainda pelo valor do coeficiente de correlação<sup>11</sup> obtido nessa análise de 0,94.

Gráfico 2 – Correlação entre coligações e desempenho nas 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais nas disputas executivas (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

#### 4.1.3 A consistência ideológica das coligações

Analisaremos aqui a consistência ideológica<sup>12</sup> das coligações estabelecidas nos pleitos eleitorais. Na Tabela 3 é possível observar o número de coligações realizadas em cada eleição e o número de coligações ideologicamente consistentes e inconsistentes<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Esse cálculo foi realizado considerando o Coeficiente de Correlação de Pearson (R), em que pode variar de -1 a +1, sendo que: -1 é uma perfeita correlação negativa, ou seja, a correlação entre as variáveis é inversamente proporcional; +1 é uma perfeita correlação positiva, ou seja, a correlação entre as variáveis é diretamente proporcional (FILHO; JÚNIOR, 2009). Nesse caso, o valor de R não é igual a 1, mas é próximo suficiente para se dizer que há uma forte correlação positiva entre as duas variáveis.

<sup>12</sup> Utilizando de uma classificação ideológica feita por Carreirão (2006), será considerado aqui partidos de direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL/DEM; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA; de centro: PMDB e PSDB; e de esquerda: PT; PDT; PPS; PC do B; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN.

<sup>13</sup> Considerou-se aqui, como coligações ideologicamente inconsistentes aquelas que possuíam pelo menos um partido situado à esquerda e à direita do espectro ideológico, bem como aponta Carreirão (2006). Coligações com partidos de centro e com partidos de esquerda; ou com partidos de centro e com partidos de direita, foram consideradas ideologicamente consistentes, bem como coligações que só compunham partidos de esquerda; só partidos de direita; ou, só partidos de centro.



Algumas coligações foram excluídas da análise por não termos parâmetro de classificação ideológica de todos os partidos que as compunham.

Tabela 3 – Consistência ideológica das coligações eleitorais para executivo estabelecidas nas 10 maiores cidades do Sul de Minas

Eleição	Número de coligações realizadas	Número de coligações ideologicamente consistentes	Número de coligações ideologicamente inconsistentes	Número de coligações excluídas da análise
2000	25	4	18	3
2004	29	3	20	6
2012	28	2	22	4
2016	31	2	21	8

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

O número de coligações realizadas aqui exposto refere-se ao universo total das coligações realizadas em cada ano, diferentemente do exposto nas Figuras de 1 a 4, que demonstrava a relação dos partidos protagonistas das coligações com os seus apoiadores. É possível observar que o número de coligações aumentou ao passar dos anos e que o número de coligações ideologicamente consistentes abaixou, enquanto, em contrapartida, o número de coligações ideologicamente inconsistentes sofreu um considerável aumento.

Alguns casos merecem destaques. Na eleição do ano 2000, por exemplo, 16% das coligações foram consideradas ideologicamente consistentes, enquanto a maioria das coligações para o executivo municipal desse ano nessa região, foram ideologicamente inconsistentes. Do mesmo modo, a maioria (7) das coligações dos partidos vitoriosos foram ideologicamente inconsistentes, sendo que apenas uma foi ideologicamente consistente, um partido foi eleito sem coligar e uma coligação dos partidos eleitos foi excluída da análise.

Nas eleições do ano de 2004, 10,3% das coligações realizadas foram consideradas ideologicamente inconsistentes. Ao observar as coligações estabelecidas pelos partidos vitoriosos nessa na eleição, observou-se que nove coligações foram consideradas ideologicamente inconsistentes, e uma coligação foi excluída da análise. Em todos os aspectos, a maioria das coligações estabelecidas foram ideologicamente inconsistentes.

No ano de 2012, as coligações ideologicamente consistentes foram de 7%. Dentre os partidos que conquistaram cadeiras, sete realizaram coligação ideologicamente

inconsistentes, um realizou coligação ideologicamente consistente e duas coligações foram excluídas da análise.

Por fim, em 2016, 6,4% das coligações realizadas foram consideradas ideologicamente consistentes. Em relação às coligações realizadas pelos partidos vitoriosos nessa eleição, nove foram consideradas ideologicamente inconsistentes e uma foi excluída da análise, sendo que, não houve nenhuma coligação ideologicamente consistente realizada pelos partidos que conquistaram cadeiras.

Todavia, quando analisamos a tendência a repetição das coligações recorrentes, ou seja, aquelas coligações que acontecem em mais de uma cidade, considerando-a um indicador de similaridade dos partidos políticos atuantes na região, percebemos que é possível traçar alguns novos aspectos sobre a questão ideológica. Para tratar da questão, estabelecemos um quadro que aponta a relação entre as coligações recorrentes e eventuais e a consistência ideológica ou não, como demonstrado abaixo.

Quadro 1 – Relação entre a consistência e a recorrência das coligações para prefeito nas 10 maiores cidades do Sul de Minas\*

	Número de coligações ideologicamente consistentes	Número de coligações ideologicamente inconsistentes
Número de coligações recorrentes (em mais de uma cidade)	8	52
Número de coligações eventuais (apenas uma cidade)	3	29

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

\* 21 coligações foram excluídas da análise.

Percebe-se que o número de coligações recorrentes que são ideologicamente inconsistentes é maior que o número de coligações eventuais que são ideologicamente inconsistentes. Mas, as coligações recorrentes que são ideologicamente consistentes chamam ainda mais nossa atenção. Isso pois, elas possuem um número maior do que as coligações eventuais que são ideologicamente consistentes.

Observamos que os partidos que estabeleceram essas coligações recorrentes ideologicamente consistentes foram, em sua totalidade, coligações apenas de partidos de esquerda, tendo como protagonista o PT. Destaca-se a coligação composta pelo PT / PC do B, sendo repetida em três dos quatro pleitos eleitorais (com exceção do ano de 2012), nas cidades de Alfenas, Itajubá, Pouso Alegre e São Sebastião do Paraíso. Apenas na última

eleição, em 2016, que o PC do B saiu como protagonista em uma das suas alianças estabelecidas com o PT, pois até então, o PT sempre esteve como cabeça de chapa.

Interessante ainda notar que as coligações eventuais, ou seja, que aconteceram em apenas uma cidade, estabelecidas ideologicamente consistentes foram, em sua maioria, de partidos de direita, tendo o PFL (atual DEM) como protagonista.

Porém, ao observarmos as coligações ideologicamente inconsistentes estabelecidas, constatamos que grandes partidos de diferentes lados do espectro ideológico, como o DEM (direita) e o PT (esquerda), não aparecem como coligações recorrentes, mas sim, como coligações eventuais, acontecidas em apenas uma cidade, em uma única eleição (2016). Assim, levantamos aqui a seguinte questão: em que medida essa inconsistência ideológica estabelecida tem validade? Porque em apenas algumas cidades encontramos coligações ideologicamente inconsistentes com grandes partidos?

Os dados levantados aqui parecem indicar que se deve pensar com cautela sobre as inconsistências ou não das coligações. Essas coligações se mostraram eventuais quando ocorre com partidos maiores nas cidades pequenas analisadas. Ainda assim, são coligações ideologicamente inconsistente, mas há particularidades em suas formações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho teve como objetivo analisar as redes de coligações das eleições municipais para o executivo de 2000 a 2016 nas 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais como intuito de contribuir para a pesquisa sobre formação de coligações eleitorais analisando a dinâmica política municipal.

Os resultados mostram que os partidos que ocupam posições centrais na estrutura da rede de coligações das cidades analisadas obtêm melhor desempenho no jogo eleitoral, pois, ao observar as figuras e as análises descritas, os partidos centrais na estrutura descrita, PSDB, PMDB, PT, PFL/DEM, PSB e PSD, foram os que mais conquistaram cadeiras nas eleições analisadas, e, também, os que mais estiveram presentes nas 10 cidades lançando sempre o maior número de candidatos. Além disso, na maioria das vezes que esses partidos optaram pela estratégia de realizar grandes coligações eleitorais, eles conquistaram cadeiras.

Vale ressaltar ainda que, como visto, a maioria dessas coligações vitoriosas foram estabelecidas ideologicamente inconsistentes. Assim, constatou-se um aumento

significativo na estratégia de realizar alianças eleitorais nas eleições municipais para prefeito nessas cidades.

Com isso, os dados parecem indicar que os atores envolvidos no jogo político do Sul de Minas estão utilizando cada vez mais da prática de alianças eleitorais para maximizar suas chances de conquista de cargos executivos municipais e que essas coligações estabelecidas não são rigidamente definidas pelo viés ideológico, como apontado na literatura. Assim, encontramos como aponta Carreirão (2014), que a ideologia partidária não parece central para estruturar a competição, não só para os cargos no âmbito estadual e federal, mas também, nas prefeituras das 10 pequenas cidades da mesorregião analisada.

Do mesmo modo, considerando que o resultado dos estudos de França (2013, p. 94) se mostraram positivos para que o desempenho eleitoral esteja relacionado com o tamanho das coligações nas prefeituras das capitais brasileiras, mas, que as análises estavam restritas a limitação, pois, considerou-se “apenas os dois candidatos mais votados nas capitais nas três eleições analisadas”, esperamos também contribuir para esse aspecto. Diferente da autora, analisamos aqui as coligações de todos os candidatos envolvidos na disputa eleitoral dos anos de 2000 a 2016, e os nossos resultados convergiram com o seu resultado inicial, de que o desempenho eleitoral não só das candidaturas às prefeituras nas capitais brasileiras, mas também das 10 cidades do Sul de Minas analisadas, está associado ao tamanho da coligação, sendo que, houve um aumento no tamanho das coligações constatado nas nossas análises.

Por fim, o uso da técnica de ARS também lançou nova luz sobre os resultados. Com essa técnica, foi possível criar um indicador que aponta a tendência dos partidos para repetir coligações em mais de uma cidade. Foi constatado que no ano de 2016, houve uma menor tendência em repetir coligações do que nos anos anteriores. Contando também com o fato de haver uma tendência de aumentar o tamanho das coligações no passar dos anos, pode-se imaginar que os partidos estão buscando cada vez construir coligações o maior número de apoiadores.

Em relação à similaridade das estratégias eleitorais dos partidos demonstrada pelo uso da ARS, observamos que os partidos PSDB, PMDB, PT, PFL/DEM, PSB, PSD, e PC do B, foram os que mais apareceram em uma mesma coligação em mais de quatro cidades, por todos os anos analisados. Podemos dizer, então, que esses partidos são similares no uso das suas estratégias eleitorais, e talvez, não coincidentemente, são os que possuem

uma posição central na rede de coligações do Sul de Minas e que possuem mais força no que se refere a conquista de cadeiras, pois, a análise da relação entre a estratégia de coligação e o desempenho eleitoral mostram que esses partidos mais ativos, aqueles que mais participaram de coligações, foram os que mais conquistaram as vagas disponíveis.

Por fim, destacamos o fato de que os dados demonstram que é importante pensar a questão da consistência ideológica, passando pelo protagonismo e diversidade dos partidos. Se, por um lado, a ideologia não é a principal questão que organiza a disputa eleitoral no nível municipal, dado que o nível de consistência ideológica foi diminuindo de 2000 para 2016 apesar do aumento do número de partidos, por outro lado, parece existir um outro mecanismo que está tornando essas coligações mais homogêneas de cidade a cidade e que estão aumentando a tendência de se repetir coligações.

Como visto até aqui, a análise das eleições e dos partidos políticos em âmbito municipal possui suas peculiaridades e é importante analisá-las para se observar o sistema partidário brasileiro. Espera-se dessa forma, que os achados possam contribuir para pesquisas sobre as coligações no âmbito municipal, e, também, para pesquisas sobre a política no Sul de Minas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 97, de 04 de outubro de 2017**. Brasília, 04 de out. de 2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=26247394>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017**. Brasília, 15 de dez. de 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13488.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13488.htm)>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015**. Brasília, 29 de set. de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm)>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

CARNEIRO, L.; ALMEIDA, M. H. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na Federação Brasileira. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 2, p. 403-432, 2008. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/h37nhs>>. Acesso em 25 de out. de 2018.

CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, abr/mai, p. 136-163, 2006. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/4jtddk>>. Acesso em 25 de out. de 2018.

CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 14, p. 255-295, mai./ago., 2014. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/rhtt2k>>. Acesso em 25 de out. de 2018.

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais**: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. 176 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26022008-141714/en.php>>. Acesso em 24 de out. de 2018.

FILHO, D. B. F.; JÚNIOR, J. A. S. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife, vol. 18, nº 1, p. 115-146, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3852>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

FRANÇA, E. C. V. **O tamanho da coligação partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato?** Uma análise das coligações partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Mestrado Interinstitucional, UFPE/IFMT, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12465>>. Acesso em 03 de nov. de 2018.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, p. 235-258, 2011. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/mbpk3f>>. Acesso em 20 de out. de 2018.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. A. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3337>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

HOROCHOVSKI, R. R.; JUNCKES, I. V.; SILVA, E. A.; SILVA, J. M.; CAMARGO, N. F. Redes de partidos políticos tecidas por financiadores: um estudo das eleições de 2010 no Brasil. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, nº 23, jul./dez., 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4563?show=full>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

IBGE. **Cidades**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

JORGE, V. L. Participação eleitoral, partidos e candidatos nas disputas pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992 a 2000. **Alceu**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, pp. 168-190, jan./jun., 2004.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 20, nº 57, fev de 2005. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/8b2spw>>. Acesso em 20 de out. de 2018.

LIJPHART, A. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2003.

LINHARES, B.; MENDONÇA, D. Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2016, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do 10º Encontro da ABCP, 2016. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/eventos/10o-encontro-abcp/anais>>. Acesso em 20 de out. de 2018.

LOPEZ, F. G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº22, p. 153-177, jun. 2004. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/s9jyjd>>. Acesso em Acesso em 27 de out. de 2018.

LUCAS, K.; SAMUELS, D. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro. In: POWER, T.; ZUCCO, C. (orgs.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MACHADO, A. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACHADO, C.; MIGUEL, L. Variações das coligações para prefeito no Brasil (2000 a 2008). In: **33º Encontro Anual da Anpocs**, GT 28 – Partidos e Sistemas Partidários, Caxambu, 2009. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs>>. Acesso em 27 de out. de 2018.

MELO, C. R. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 2, ago., 2015. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/4r72qv>>. Acesso em 29 de out. de 2018.



MELO, C.; SOARES, K. Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral, **Análise Social**, Lisboa, nº 220, p. 684-719, set., 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732016000300007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732016000300007)>. Acesso em 29 de out. de 2018.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 4, pp. 757-793, 2007. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/cczyys>>. Acesso em 29 de out. de 2018.

PEIXOTO, V. de M. Coligações nos municípios brasileiros: competição e estratégias. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (org.). **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: UNESP, 2010.

RIBEIRO, P. F. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 10, p. 225-265, jan./abr., 2013. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/rcqjv5>>. Acesso em 27 de out. de 2018.

ROMERO, R. C. **Como se comportam os partidos políticos?** Uma análise sobre a formação de redes nas eleições de 2010 e 2014. 2016. 61 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/13559>>. Acesso em 28 de out. de 2018.

SENADO FEDERAL. **Senado aprova cláusula de barreira a partir de 2018 e fim de coligação para 2020**. Brasília, 03 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/03/aprovado-fim-das-coligacoes-em-eleicoes-proporcionais-a-partir-de-2020>>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

SILVA, E. M.; RIBEIRO, A. C. A. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. **Opinão Pública**, Campinas, vol. 22, nº 1, p. 167-194, abr. 2016. Disponível em <<http://ref.scielo.org/wb9fpb>>. Acesso em 29 de out. de 2018.

SILVA, J. G. Desafios metodológicos nos estudos sobre coligações eleitorais: novos e velhos caminhos de uma agenda de pesquisa, **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, vol. 2, nº 2, p. 54-69, 2014. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/41>>. Acesso em 30 de out. de 2018.

SILVA, M. M. F. Tentativa de classificação das cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia**, nº 3, jul./set., 1946. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1946\\_v8\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n3.pdf)> Acesso em 03 de out. de 2018.

SILVA, R. G. **Coligações eleitorais no nível municipal**: atores, racionalidade, estratégias e recursos. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF\\_fcbbde60f2adf00db14119f7528fa4b5](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_fcbbde60f2adf00db14119f7528fa4b5)>. Acesso em 25 de out. de 2018.